



## **Destaque Rural Nº 216**

17 de Março de 2023

### **DESIGUALDADES SOCIOECONÓMICAS ENTRE PROVÍNCIAS E ENTRE OS MEIOS RURAL E URBANO**

**Yasser Arafat Dadá e João Mosca<sup>1</sup>**

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente texto pretende analisar as desigualdades socioeconómicas entre os meios rural e urbano, considerando as seguintes variáveis: população, Produto Interno Bruto (PIB) por habitante e por província, pobreza, educação e saúde. As séries temporais para cada variável diferem conforme a disponibilidade de dados. Na ausência de dados que distingam o meio rural do urbano, optou-se por considerar as províncias de Maputo-cidade, Maputo província e Sofala (devido ao peso da cidade da Beira e à rede de pequenas e médias cidades ou vilas grandes ao longo do corredor da Beira) como zona “urbana” e as restantes de rurais.

Este texto foi elaborado com base em partes da tese de doutoramento em fase final de elaboração pelo primeiro autor e sob orientação do segundo.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DESIGUALDADES RURAL-URBANO**

### **2.1 População**

Entre 1975 e 1995, a população aumentou em mais de cinco milhões de habitantes, passando de cerca de 10,2 milhões para aproximadamente 15,5 milhões (um aumento de cerca de 50%) e entre 1995 e 2020 (25 anos) a população passou para aproximadamente 31 milhões<sup>2</sup>. Em 1975, 89% da população vivia nas zonas rurais (cerca de 9,1 milhões de habitantes) e, em 2020, passou para 62% (19,4 milhões de cidadãos). Entre 1975 e 2020 (um intervalo de 45 anos) e em termos absolutos, a população rural aumentou em 9 milhões de habitantes e a urbana aumentou em 12,1 milhões de habitantes, para cerca de 21,1 milhões. O crescimento da população é mais rápido no

---

<sup>1</sup> Yasser Arafat Dadá, economista e Mestre pela Universidade de Lisboa. Doutorando em Estudos de Desenvolvimento. João Mosca, Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural. Ambos pesquisadores do OMR.

<sup>2</sup> Os dados apresentados são estimativos do meio do ano que podem ser consultadas em <https://data.worldbank.org/country/MZ>.

meio urbano e, em termos absolutos, as cidades começaram a absorver uma parte crescentemente superior do incremento da população.

As principais justificações das dinâmicas da evolução da população são os seguintes: (1) o crescimento da população é considerado elevado, exceptuando os anos da guerra civil, a taxa de crescimento esteve em redor de 3%; (2) a esperança de vida entre 1975 e 2020 passou de 43,5 para 62,1 anos. Em 1975, o número de óbitos à nascença e até cinco anos de vida era 152 e 263 por 1000 habitantes, respectivamente, e, em 2020, esses indicadores passaram para 45 e 61, respectivamente; (3) persistem movimentos migratórios para as cidades e para as zonas rurais onde existem investimentos, mais oportunidades de emprego e de actividades informais e maior dinamismo da economia, sobretudo na construção civil (estradas e imobiliária), hotelaria e transportes de mercadorias e de passageiros.

Trabalhos como o de Feijó e Ibraimo (2016)<sup>3</sup>, resumem o aumento da proporção da população das zonas urbanas nos seguintes três factores: (1) reclassificações das áreas urbana com consequências na contagem da população urbana; (2) não obstante a taxa de fecundidade da população das cidades se apresentar hoje bem inferior à das congéneres rurais, o crescimento natural não deixou de explicar o aumento da população urbana, ; e, (3) os processos de êxodo rural e de migração para as grandes cidades contribuem para a explicação do forte crescimento urbano.

## **2.2 Produto Interno Bruto por habitante**

O gráfico 1 apresenta a evolução do PIB por habitante e por província (em dólares). Pode-se constatar: (1) uma evolução positiva e significativa do PIB por habitante nas três províncias do Sul do país e Sofala; (2) a cidade de Maputo tinha, em 2019, um PIB por habitante de 2.446 USD, cerca de 11,8 vezes o PIB por habitante da província de Niassa (215 USD) e 4,3 vezes superior à média nacional; (3) em 2007, os valores do PIB por habitante dessas duas províncias eram, respectivamente, de 1.554 e 232 USD, sendo a relação de 7 vezes. Em resumo, observam-se grandes diferenças interprovinciais, que se aprofundam ao longo do tempo. Moçambique possui um dos rendimentos por habitante mais baixos do mundo (Moçambique está na posição 187º de 194 países analisados)<sup>4</sup>.

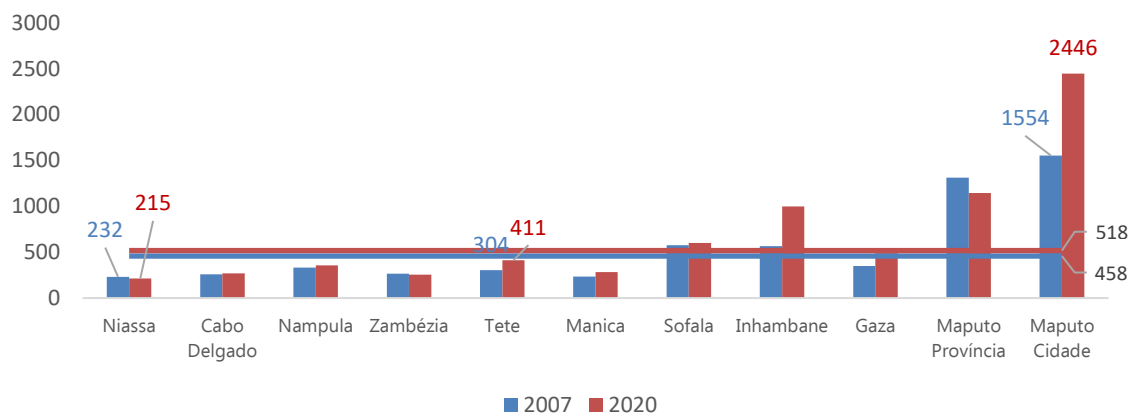
---

<sup>3</sup> Feijó João e Ibraimo Momade. 2016. Relações rural-urbano, transferências pessoais e políticas públicas: uma análise a partir de populações residentes na Cidade de Maputo. Em Desafios para Moçambique 2016. IESE.

<sup>4</sup> Pode consultar o ranking do PIB por habitante em <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/gdp-per-capita-by-country>

A zona Sul concentrou 48% da riqueza nacional gerada entre 2000 e 2016, tendo 21% da população (INE 2021)<sup>5</sup>.

Gráfico 1  
Produto Interno Bruto por habitante (em USD) e por província



Nota: as linhas horizontais representam a média do PIB para cada ano.

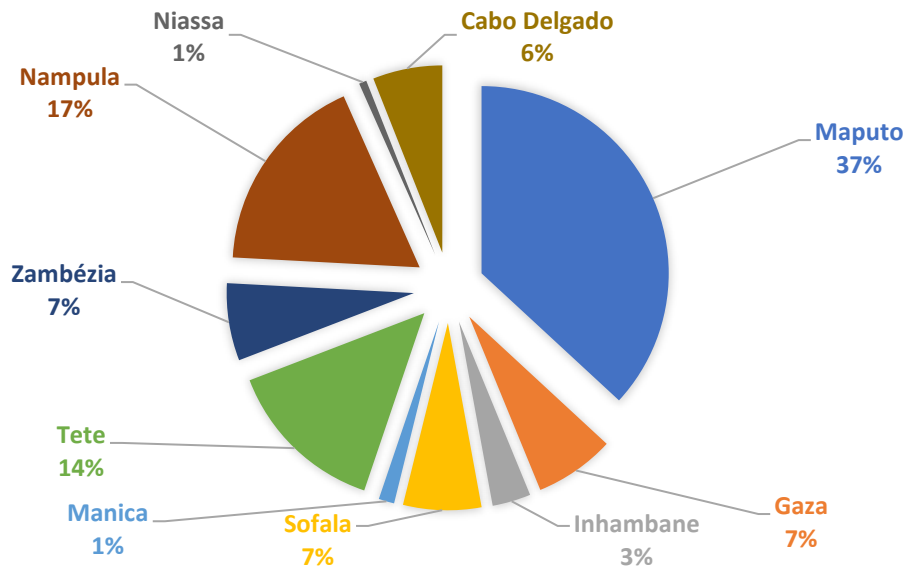
Fonte: INE.<sup>6</sup>

Estas desigualdades são históricas e aprofundaram-se em consequência de investimentos públicos e privados bem identificados. No gráfico 2 as desigualdades de investimento por províncias são evidentes. Na cidade de Maputo, pesam as infra-estruturas, o imobiliário, a hotelaria e restauração, alguns sectores da indústria transformadora, como o das bebidas, os serviços públicos e o peso da administração do Estado; na província de Maputo, foram importantes o investimento da MOZAL, em infra-estruturas (estradas e barragens) e na agricultura; em Inhambane teve importância o investimento, sobretudo no turismo e da SASOL (gás para exportação para a África do Sul); em Sofala, realçam-se os investimentos no sistema ferro-portuário, em estradas e no imobiliário; os investimento em recursos naturais tiveram impacto em Tete, onde o PIB por habitante incrementou em 35% entre 2007 e 2020.

<sup>5</sup> Para dados detalhados da população de Moçambique pode consultar <http://www.ine.gov.mz/noticias/populacao-mocambicana-para-2021>

<sup>6</sup> Para dados detalhados do PIB por habitante pode consultar [http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/contas-nacionais/atuais-1/quadros\\_pib-provincial-2011-2020-final.pdf/view](http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/contas-nacionais/atuais-1/quadros_pib-provincial-2011-2020-final.pdf/view)

Gráfico 2  
Proporção do investimento total<sup>7</sup> por província entre 1992 e 2017



Nota: Maputo representa o somatório de Maputo cidade e Maputo província. Na fonte, os dados dessas províncias não são apresentados de forma separada.

Fonte: CPI

## Pobreza

Segundo os estudos nacionais sobre a pobreza, a proporção de famílias consideradas pobres apresentou um decréscimo entre 1997 e 2015. A proporção de pobres nesse período passou de cerca de 70%, em 1997, para cerca de 46%, em 2014, (Ministério da Economia e Finanças 2016<sup>8</sup>; Ministry of Planning and Finance 1998<sup>9</sup>). Considerando 1997, poucos anos depois do fim da guerra civil com elevadas taxas de pobreza, e tendo como base o estudo realizado em 2002/2003<sup>10</sup>, verifica-se que, embora a taxa da população pobre esteja em decréscimo, o número de pobres tem aumentado (quadro 1).

<sup>7</sup> O investimento total corresponde ao somatório do Investimento directo estrangeiro, investimento nacional e empréstimos.

<sup>8</sup> Ministério da Economia e Finanças. 2016. Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta avaliação nacional. Direcção Nacional de Estudos Económicos. Direcção Nacional de Estudos Económicos. Governo de Moçambique.

<sup>9</sup> Ministry of Planning and Finance. 1998. Understanding Poverty and Well-being in Mozambique: The First National Assessment, 1996–97. Governo de Moçambique.

<sup>10</sup> Ministry of Planning and Finance 2004. Poverty and Wellbeing in Mozambique: Second National Poverty Assessment. Governo de Moçambique.

O quadro abaixo revela que é no meio rural onde se concentra grande parte da população pobre. Foi considerado a linha da pobreza de consumo de Moçambique<sup>11</sup>.

Quadro 1  
Evolução da pobreza em Moçambique

		IAF 1996/97	IAF 2002/03	IOF 2008/09	IOF 2014/15	IOF 2018/19
1	Total pobres (10 <sup>6</sup> )	12,1	9,6	11,2	11,8	
2	Pobres/total população (%)	70	53	52	46	
3	Pobres rural (10 <sup>6</sup> )	9,8	6,8	8,1	8,8	
4	Pobres urbano (10 <sup>6</sup> )	2,3	2,8	3,1	3,0	
5	Pobres rural/total pobres (%)	81	71	72,3	74,6	

Nota: IAF: Inquérito aos Agregados Familiares; IOF: Inquérito ao Orçamento das Famílias. (1) O IOF 2018/19 não apresenta os dados para o preenchimento da respectiva coluna, embora existam já outros resultados conhecidos.

Fonte: Ministério de Economia e Finanças.

Os estudos do Banco Mundial (BM) apresentam valores distintos. Considerando o indicador de referência do BM, em que o limiar da pobreza é de 1,9 dólares por dia e habitante<sup>12</sup>, a percentagem média de população pobre entre 1996 e 2015 foi de 73,8% com um mínimo de 64,7% em 2015 e um máximo de 82% em 1996. Se o limiar da pobreza for de 3,2 dólares<sup>13</sup>, a menor percentagem da proporção de pobres verificou-se em 2015 (82,4%) e a máxima de 92,2% em 2002 (World Bank, 2022)<sup>14</sup>.

O gráfico abaixo revela a evolução e repartição da pobreza de consumo nos meios urbanos e rurais nos quatro estudos realizados. A redução da pobreza aconteceu, sobretudo, entre os dois últimos estudos e, mais acentuadamente, nas zonas urbanas.

<sup>11</sup> A pobreza de consumo é medida em termos de capacidade de consumo. A medição assenta no uso das despesas, em Meticais, associadas à possibilidade de ter um consumo alimentar que permita atingir 2.150 calorias por pessoa (limiar de calorias pré-estabelecido considerado básico) (Ministério da Economia e Finanças, 2016).

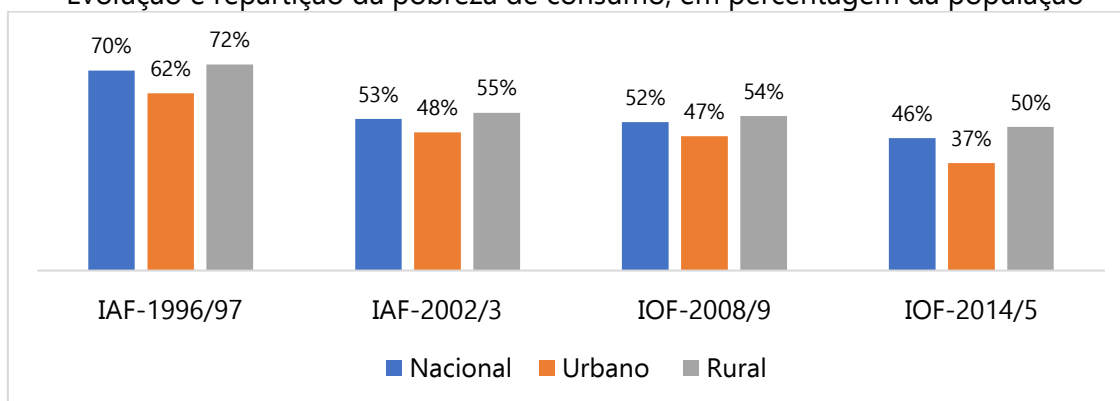
<sup>12</sup> Linha da pobreza classificada como rendimento baixo (World Bank 2022).

<sup>13</sup> Linha da pobreza classificada como rendimento médio (World Bank 2022).

<sup>14</sup> Pode consultar em <https://data.worldbank.org/country/MZ> (World Bank 2022).

Gráfico 3

Evolução e repartição da pobreza de consumo, em percentagem da população



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados dos IFs<sup>15</sup>.

### 2.3 Educação

A taxa de alfabetização de adultos apresenta uma tendência de crescimento rápido, passando de 38,71%, em 1997, para 60,66%, em 2017. Nesse período, a variação média anual foi de 12,12% (World Bank, 2022)<sup>16</sup>.

Em 2006, o número de matrículas no ensino primário do 1º e 2º níveis<sup>17</sup> foi de 3,6 milhões de estudantes, e, em 2020 foi de 7 milhões; o número médio de anos de escolaridade por habitante passou de 1,1 anos, em 1992, para 3,5 anos, em 2019. Menos da metade da população terminou o ensino primário (7 anos de escolaridade) e, desta metade, apenas 8% transitou para o ensino médio.

O país possuía, em 2015, 49 Instituições de Ensino Superior (IES)<sup>18</sup>, sendo 18 públicas e 31 privadas, e um total de 45 “polos” dessas IES. O aumento rápido do número de IES verificou-se a partir de 1994 quando, em 1993, foi aberta a possibilidade de existirem IES privadas. Em 1994, existiam três IES: a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a Universidade Pedagógica (UP) e o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI). Em 2018, o número de IES subiu para 53. Em 2003, existiam 17.225 estudantes universitários e, em 2015, o número passou para 174.802 sendo, actualmente, mais de 200 mil.

A maioria dos estudantes das IES, em 2015, era natural de Maputo-cidade (23.127). As províncias de Cabo Delgado, em 2010, (2.329) e Sofala, em 2015, (6.304), são as que menos matriculados naturais possuíam no ensino superior. Em termos percentuais, constata-se uma maior concentração de estudantes de naturalidade da cidade de

<sup>15</sup> Por uma questão de simplificação da linguagem os IAFs e IOF são tratados como IF (Inquérito às Famílias) neste trabalho.

<sup>16</sup> Idem

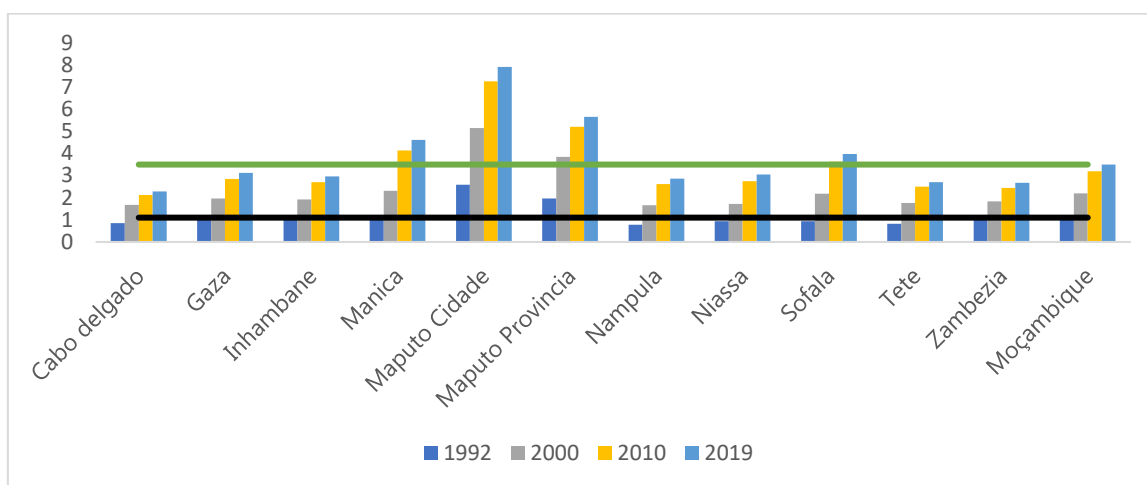
<sup>17</sup> É constituído por: EP1 (Ensino Primário do 1º Grau, da primeira à quinta classe) e EP2 (Ensino Primário do 2º Grau, da sexta à sétima classe) (Lei do SNE 18/2018).

<sup>18</sup> Os dados utilizados neste texto sobre o ensino superior foram retirados de um *draft* de um estudo realizado na Universidade Politécnica, Maputo cujo texto não foi publicado.

Maputo: 37,9%, em 2010, e 19,5%, em 2015. Cabo Delgado, em 2010 (4,2%) e Sofala, em 2015 (5,3%) são as províncias que possuíam menores percentagens. O total dos estudantes naturais da zona sul do país representava 54,7%, em 2010, e 44,8%, em 2015.

O gráfico 3 revela importantes diferenças entre as províncias com maiores centros urbanos e/ou redes de pequenas e médias vilas/cidades, como são os casos de Maputo Cidade, Maputo Província e, a seguir, com importantes diferenças, as províncias de Sofala e Manica (corredor da Beira). Em todas as províncias verificou-se um aumento de anos de escolaridade, coincidindo ser nas províncias com mais anos de escolaridade onde se verificaram os maiores aumentos.

Gráfico 4  
Média de anos de escolaridade por província, entre 1992 e 2019



Nota: As duas linhas horizontais mostram a evolução da média nacional de anos de escolaridade para 1992 (a preto) e 2019 (a verde).

Fonte: Elaboração do primeiro autor com base nos dados do Global Data Lab. (2022)<sup>19</sup>, no âmbito da tese de doutoramento.

O aumento quantitativo do ensino não foi acompanhado por melhorias da qualidade. Segundo um estudo do Banco Mundial<sup>20</sup>, o teste realizado a alunos da 4ª classe mostra que entre os alunos avaliados, apenas 42,4% conseguia identificar palavras (como pai), 27,1% conseguia ler uma frase e menos 16,5% conseguia ler um parágrafo completo. Os resultados da avaliação para a disciplina de matemática foram os seguintes: 61,6% dos alunos conseguia fazer somas simples (por exemplo, 5 + 9) e 34,4% conseguiam somar números de dois dígitos (por exemplo, 33 + 34). O número de alunos no ensino primário por professor, em 2018, era de 55,27. No mesmo estudo, indica-se que entre 10% e 15% das salas de aula estão abertas ou em baixo de árvores. Em 2018, mais de 10% das escolas não tinham sanitários (WC) e, destas, aproximadamente 40% tinham problemas de higiene.

<sup>19</sup> Consultado em <https://globaldatalab.org/areadata/profiles/MOZt/>

<sup>20</sup> Bassi Marina, Medina Octávio e Nhampossa Lúcia. 2018. Education Service Delivery in Mozambique. World Bank.

## 2.4 Saúde

As unidades sanitárias estão localizadas nas principais cidades e aldeias (INE, vários anos)<sup>21</sup>. Em termos de profissionais de saúde por 100.000 habitantes, nas zonas rurais existem 176, enquanto, na zona urbana, existem 65. Aproximadamente 54,3% das instalações nas áreas urbanas cumprem os requisitos mínimos de infra-estrutura sanitária, enquanto, somente 32,1% das instalações rurais cumprem.

O aumento do número de unidades sanitárias, entre 2008 e 2020, foi de 32%, enquanto a população aumentou em cerca de 40%, isto é, a expansão do sistema de saúde tem sido mais lenta que o crescimento populacional: a proporção, em 2020, era de 17.975 habitantes por unidade e, em 2008, era de 16.982 habitantes.

Segundo os anuários estatísticos, o pessoal ligado aos serviços de saúde, entre 2008 e 2020, cresceu em cerca de 45%, totalizando cerca de 42.500 profissionais de saúde, dos quais cerca de 10.000 com ensino superior.

Os dados mais recentes do BM sobre o número de médicos por 1.000 habitantes<sup>22</sup> revelam que Moçambique é dos países no Mundo com menores índices. Em Moçambique, em 2019, este indicador era de 0,085 médicos por 1.000 habitantes e, em 1990, era de 0,012. Em 2019, existiam 0,47 enfermeiros<sup>23</sup> por 1.000 habitantes e, em 2000, passou para 0.287 (World Bank 2022)<sup>24</sup>.

## 3. RESUMO E CONCLUSÕES

Os indicadores económicos e sociais revelam importantes diferenças entre províncias e entre o meio rural e o urbano, e essas desigualdades acentuaram-se ao longo do tempo. A cidade de Maputo e as províncias de Maputo, Inhambane e Sofala (sobretudo, ao longo do corredor da Beira) possuem os melhores indicadores.

Vários indicadores económicos e sociais revelam que os ritmos de aumento quantitativo e em termos absolutos da pobreza, dos serviços de educação e saúde, não são suficientes para a absorção do crescimento demográfico, resultando em indicadores por habitante de valor decrescente ao longo dos anos, seja a nível nacional, seja no agravamento das desigualdades provinciais e entre os meios rural e o urbano.

---

<sup>21</sup> Anuários estatísticos do INE, disponíveis em <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/publicacoes/anuario/nacionais>.

<sup>22</sup> Médicos incluem médicos generalistas e especialistas (World Bank 2022).

<sup>23</sup> Enfermeiros e parteiras incluem enfermeiros profissionais, parteiras profissionais, enfermeiros auxiliares, parteiras auxiliares, enfermeiros inscritos, parteiras inscritas e outro pessoal associado, como enfermeiros dentários e enfermeiros de cuidados primários (World Bank 2022).

<sup>24</sup> Idem.



Os investimentos privados (na indústria de transformação e agricultura) e públicos, financiados essencialmente por projectos com financiamento externo (infra-estruturas e serviços aos cidadãos), têm valores diferentes entre as províncias.

O desequilíbrio de desenvolvimento espacial reflectido no rendimento e sua distribuição social, nas oportunidades de negócios e configuração de um tecido empresarial competitivo em condições de mercado de concorrência, no emprego, na prestação de serviços aos cidadãos e na criação de infra-estruturas, são importantes e exigem políticas públicas estáveis e coordenadas e de implementação coordenada, aos níveis central e local, com participação estruturada/organizada, por parte dos agentes económicos e sociais, tendo como objectivo reduzir as desigualdades económicas e sociais. Para o efeito são necessários investimentos em infra-estruturas produtivas (estradas, regadios, assentamentos urbanos, dragagem dos rios e zonas baixas, diques de defesa contra cheias, etc.), serviços aos cidadãos (educação, saúde, água e energias renováveis), incentivos ao pequeno e médio investimento de acumulação local com criação de emprego, benefícios fiscais e política de crédito, priorizando a rede comercial e armazenamento, provimento de insumos, assistência ao equipamento, unidades de transformação de produção local, e outras, conforme os recursos naturais existentes, por exemplo, serrações, plantio de árvores, entre outras actividades.

Políticas e recursos destinados ao equilíbrio espacial, juntamente com a redução das iniquidades sociais necessitam de compatibilidade com os ritmos de crescimento que porventura aconteceriam somente através da alocação dos recursos segundo os mercados, pelo menos a médio prazo. O equilíbrio territorial é uma das condições para a formação da nação e redução dos riscos de conflitos de várias naturezas, incluindo o da diversidade de identidades sociais e culturais, numa perspectiva de formação de um Estado de várias nações.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

**E-mail:** [office@omrmz.org](mailto:office@omrmz.org)  
**Endereço:** Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.  
Maputo – Moçambique  
[www.omrmz.org](http://www.omrmz.org)